



## **Resolução Nº. 103, de 14 de junho de 2018.**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua Trecentésima quarta (304ª) Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de junho de 2018, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e pela lei municipal nº 4.858 de 06 de junho de 2006, que regulamenta o Conselho Municipal de saúde; e

Considerando a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e na formulação de estratégias e no controle da política municipal de saúde; e

Considerando que os Conselhos de Saúde, consagrados pela efetiva participação da sociedade civil organizada, representam polos de qualificação de cidadãos para o Controle Social nas esferas da ação do Município; e

Considerando a Lei Complementar nº141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198, da constituição Federal, para dispor sobre valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde, e

Considerando o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamentam a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 ( Lei Orgânica da Saúde), para dispor sobre a organização do Sistema Único da Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência a saúde e a articulação interfederativa ; e

Considerando que como Subsistema da Seguridade Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria GM 3.992 de 28 de dezembro de 2017, que Altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando Ofício PMCL/SMS/GAB/OF. 0124/2018 da Secretaria Municipal de Saúde, que solicita anuência para inclusão do valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) semanais no Plano Operativo Anual (POA) do Hospital São Vicente; e

Considerando declaração do Hospital São Vicente de que possui as condições necessárias para a realização dos procedimentos pactuados; e

Considerando Deliberação da Plenária do Conselho Municipal de Saúde.

#### DELIBERA / RESOLVE:

Art.1º Fica aprovada a inclusão no POA do Hospital São Vicente de um acréscimo semanal no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) para a realização de procedimentos eletivos e ambulatoriais.

Art. 2º Para o recebimento dos valores aprovados deverá ser constante no POA, um mínimo de 20 procedimentos eletivos de pequenas cirurgias ambulatoriais semanais.

Art.3º Esta resolução está sendo republicada por erro material na publicação anterior.

Conselheiro Lafaiete, 14 de junho de 2018

Roberto Sant'Ana Lisboa Batista  
Presidência do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete